

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi
Parque das Araucárias PR/SC/SP**
CNPJ: 82.065.285/0001-03

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 do Estatuto Social, convoca os Delegados, que nesta data somam 79, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada no dia 30 de Março de 2020, na Sede Administrativa, localizado na Rua Itacolomi, nº 1721, Bairro Amadori, Pato Branco - PR, CEP 85502-070, e simultaneamente, por meio de videoconferência em todas as unidades de atendimento, em primeira convocação, às 15:00 (quinze horas), com a presença de 2/3 (dois terços) do número de delegados; em segunda convocação, às 16:00 (dezesseis horas), com a presença da metade mais um dos delegados, e, em terceira e última convocação, às 17:00 (dezesete horas), com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

EM REGIME EXTRAORDINÁRIO

1. Reforma ampla, geral e consolidação do Estatuto Social da Cooperativa, na sua versão integral, visando a adequação a minuta sistêmica do Sicredi.
2. Homologação dos documentos sistêmicos: Código Eleitoral, Regulamento do Pertencer, Regimento Interno do Sicredi.

EM REGIME ORDINÁRIO

1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo:
 - a) Relatório da gestão;
 - b) Balanço dos dois semestres do correspondente exercício;
 - c) Demonstrativo do resultado;
 - d) Parecer da auditoria;
 - e) Parecer do Conselho Fiscal.
2. Destinação do resultado;
3. Destinação dos recursos advindos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social;
4. Aporte – SFG Sicredi Fundos Garantidores;
5. Ratificação da alienação de imóveis, autorização para o Conselho de Administração adquirir ou alienar bens imóveis de uso próprio da Cooperativa
6. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

Mariópolis - PR, 19 de Março de 2020

Clemente Renosto
Presidente

OBSERVAÇÕES:

1. A Assembleia não se realizará na sede social por falta de acomodações.
2. A proposta de Estatuto Social, encontram-se à disposição dos associados na sede da Cooperativa e Unidades de Atendimento, endereços encontram se no site www.sicredi.com.br.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	50.822	51.058
Carteira de Crédito *	305.814	538.085
Depósitos	352.454	579.433
Patrimônio Líquido	172.996	137.306
Capital	75.840	49.324
Resultado Antes das Destinações	16.173	22.983
Rentabilidade do PL	9,35%	16,74%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	712.060	587.269	CIRCULANTE	327.732	257.982
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	13.913	10.819	DEPÓSITOS (NOTA 11)	159.227	106.684
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	314.622	281.803	Depósitos à Vista	118.514	88.487
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	Depósitos a Prazo	40.713	18.197
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural	276	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	113.219	104.878
Correspondentes no país	382	253	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	P	27
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	313.964	281.549	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	113.219	104.851
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	342.647	266.124	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	850	669
Operações de Crédito	360.197	281.404	Recursos em Trânsito de Terceiros	850	669
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(17.550)	(15.280)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	5	5.102
OUTROS CRÉDITOS	35.056	25.460	Empréstimos País - Outras Instituições	5	5.102
Créditos por Avals e Fianças Honrados	296	113	OUTRAS OBRIGAÇÕES	54.431	40.649
Rendas a Receber	1.256	1.097	Cobrança e Arrecadação de Tributos	88	128
Diversos (NOTA 06 e 07)	34.206	24.682	Sociais e Estatutárias	7.664	6.627
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(702)	(432)	Fiscais e Previdenciárias	1.515	1.203
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	5.822	3.063	Diversas (NOTA 14)	45.164	32.691
Outros Valores e Bens	5.779	3.048			
(Provisão para desvalorização)	(41)	(41)			
Despesas Antecipadas	84	56			
NÃO CIRCULANTE	254.233	179.253	NÃO CIRCULANTE	501.255	392.514
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	254.233	179.253	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	501.255	392.514
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	25.982	2.245	DEPÓSITOS (NOTA 11)	420.206	353.775
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.982	2.245	Depósitos Interfinanceiros	8.731	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	195.438	151.099	Depósitos a Prazo	411.475	353.775
Operações de Crédito	204.218	158.638	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	73.115	38.739
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.780)	(7.539)	Repasse Interfinanceiros	73.115	38.739
OUTROS CRÉDITOS	21	56	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	7.934	-
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	26	31	Empréstimos País - Outras Instituições	7.934	-
Diversos (NOTA 06 e 07)	21	25			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(26)	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	15.503	11.542	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	137.306	116.026
Outros Investimentos	15.503	11.542	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	49.324	44.621
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	12.504	8.933	De Domiciliados no País	49.942	45.383
Outras Imobilizações de Uso	21.658	16.166	(Capital a Realizar)	(618)	(762)
(Depreciação acumulada)	(9.154)	(7.233)	RESERVAS DE SOBRAS	84.253	68.016
INTANGÍVEL (NOTA 10)	4.785	5.378	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.729	3.389
Outros Ativos Intangíveis	10.973	10.336			
(Amortização acumulada)	(6.188)	(4.958)			
TOTAL DO ATIVO	966.293	766.522	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	966.293	766.522

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	56.144	2	56.146	107.357	3	107.360	90.208	-	90.208
Operações de Crédito	55.985	2	55.987	107.123	3	107.126	90.063	-	90.063
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	152	-	152	223	-	223	135	-	135
Resultado das Aplicações Compulsórias	7	-	7	11	-	11	10	-	10
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.814)	(114)	(23.928)	(45.429)	(199)	(45.628)	(42.617)	(54)	(42.671)
Operações de Captação no Mercado	(10.921)	(114)	(11.035)	(21.479)	(199)	(21.678)	(18.596)	(54)	(18.650)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.764)	-	(4.764)	(9.063)	-	(9.063)	(7.766)	-	(7.766)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.129)	-	(8.129)	(14.887)	-	(14.887)	(16.255)	-	(16.255)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	32.330	(112)	32.218	61.928	(196)	61.732	47.591	(54)	47.537
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(22.206)	2.926	(19.280)	(40.324)	5.197	(35.127)	(28.084)	4.576	(23.508)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.010	6.892	10.902	7.708	13.046	20.754	5.846	10.576	16.422
Rendas de Tarifas Bancárias	4.355	-	4.355	8.200	1	8.201	6.741	-	6.741
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.657)	(1.469)	(17.126)	(29.678)	(2.881)	(32.559)	(24.434)	(2.203)	(26.637)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(14.280)	(1.915)	(16.195)	(27.500)	(3.546)	(31.046)	(21.618)	(2.779)	(24.397)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(42)	(334)	(376)	(168)	(640)	(808)	(100)	(509)	(609)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	9.969	340	10.309	19.738	267	20.005	18.733	304	19.037
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(10.561)	(588)	(11.149)	(18.624)	(1.050)	(19.674)	(13.252)	(813)	(14.065)
RESULTADO OPERACIONAL	10.124	2.814	12.938	21.604	5.001	26.605	19.507	4.522	24.029
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.782	18	1.800	1.810	52	1.862	268	70	338
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.906	2.832	14.738	23.414	5.053	28.467	19.775	4.592	24.367
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(199)	(199)	-	(1.135)	(1.135)	-	(467)	(467)
Provisão para Imposto de Renda	-	(111)	(111)	-	(699)	(699)	-	(266)	(266)
Provisão para Contribuição Social	-	(88)	(88)	-	(436)	(436)	-	(201)	(201)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.150)	-	(2.150)	(4.349)	-	(4.349)	(3.690)	-	(3.690)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.756	2.633	12.389	19.065	3.918	22.983	16.085	4.125	20.210
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.918	(3.918)	-	4.125	(4.125)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.756	2.633	12.389	22.983	-	22.983	20.210	-	20.210
DESTINAÇÕES	-	-	-	(19.254)	-	(19.254)	(16.821)	-	(16.821)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.271)	-	(2.271)	(2.066)	-	(2.066)
Fates - Estatutário	-	-	-	(746)	-	(746)	(678)	-	(678)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.440)	-	(10.440)	(9.489)	-	(9.489)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.963)	-	(1.963)	(4.588)	-	(4.588)
Reserva Expansão - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)	-	-	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(1.834)	-	(1.834)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.729	-	3.729	3.389	-	3.389

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	40.725	53.939	-	3.075	97.739
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(3.011)	(3.011)
Outras destinações	-	-	-	(64)	(64)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.033	-	-	-	4.033
Baixas de capital	(2.173)	-	-	-	(2.173)
Reversões de reservas	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	20.210	20.210
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(678)	(678)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.489	-	(9.489)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.036	-	-	(2.066)	(30)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.588	-	(4.588)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	44.621	68.016	-	3.389	116.026
Mutações do Período	3.896	14.077	-	314	18.287
Saldos no início do período em 01/01/2019	44.621	68.016	-	3.389	116.026
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(3.341)	(3.341)
Outras destinações	-	-	-	(48)	(48)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.690	-	-	-	4.690
Baixas de capital	(2.212)	-	-	-	(2.212)
Resultado do período	-	-	-	22.983	22.983
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(746)	(746)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.440	-	(10.440)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.225	-	-	(2.271)	(46)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.963	-	(1.963)	-
Reserva Expansão - Recuperação de Prejuízo	-	-	2.000	(2.000)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	1.834	-	(1.834)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	49.324	82.253	2.000	3.729	137.306
Mutações do Período	4.703	14.237	2.000	340	21.280
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	45.925	68.016	-	10.594	124.535
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.084	-	-	-	2.084
Baixas de capital	(910)	-	-	-	(910)
Resultado do período	-	-	-	12.389	12.389
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(746)	(746)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.440	-	(10.440)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.225	-	-	(2.271)	(46)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.963	-	(1.963)	-
Reserva Expansão - Recuperação de Prejuízo	-	-	2.000	(2.000)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	1.834	-	(1.834)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	49.324	82.253	2.000	3.729	137.306
Mutações do Período	3.399	14.237	2.000	(6.865)	12.771

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	18.256	31.690	28.936
Resultado do semestre/exercício	12.389	22.983	20.210
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.867	8.707	8.726
Provisão para operações de crédito	2.515	3.511	6.372
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	1
Provisão para desvalorização de outros créditos	292	296	231
Depreciação do imobilizado de uso	1.077	2.024	1.615
Amortização do intangível	643	1.230	1.084
Baixas do ativo permanente	43	43	20
Provisão para passivos contingentes	2.073	2.305	71
Destinações ao FATES	(746)	(746)	(678)
Dividendos SicrediPar	(30)	44	10
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	68.491	15.012	68.693
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(22.467)	(23.737)	(135)
Redução em relações interfinanceiras ativas	6.887	1	10
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(237)	(276)	212
(Aumento) em relações com correspondentes	(37)	(129)	(84)
(Aumento) em operações de crédito	(65.983)	(124.373)	(78.011)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	45.865	42.717	15.864
(Aumento) em outros créditos	(7.099)	(9.901)	(9.344)
(Aumento) em outros valores e bens	(778)	(2.759)	(558)
Aumento em depósitos	90.557	118.974	126.857
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	177	181	(37)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	7.939	2.837	693
Absorção de dispêndios pelo FATES	(174)	(595)	(615)
Aumento em outras obrigações	13.841	12.072	13.841
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	86.747	46.702	97.629
Aquisição de Investimentos	(3.961)	(3.961)	(735)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.418)	(5.638)	(4.070)
Aplicações no Intangível	(211)	(637)	(2.224)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(8.590)	(10.236)	(7.029)
Integralização de capital	2.084	4.690	4.033
Baixa de capital	(910)	(2.212)	(2.173)
Juros ao capital próprio	(46)	(46)	(30)
Distribuição de Sobras	-	(3.389)	(3.075)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.128	(957)	(1.245)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	79.285	35.509	89.355
Caixa e equivalente de caixa no início do período	248.592	292.368	203.013
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	327.877	327.877	292.368

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 07/02/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	13.913	10.819
Caixa	13.913	10.819
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	313.964	281.549
Total	327.877	292.368

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.982	2.245
DI entre Banco e Cooperativas	25.982	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.245
Total não circulante	25.982	2.245

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	194.342	112.238	306.580	243.628
Financiamentos	37.208	42.525	79.733	55.044
Financiamentos rurais e agroindustriais	128.647	49.455	178.102	141.370
Carteira total	360.197	204.218	564.415	440.042

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	296	26	322	144
Devedores por compra de valores e bens	13	15	28	35
Títulos e créditos a receber (i)	32.023	6	32.029	21.781
Total	32.332	47	32.379	21.960

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	110	50	-	-
Nível A	0,50	253.691	185.286	1.268	926
Nível B	1,00	190.166	161.257	1.902	1.613
Nível C	3,00	91.990	65.764	2.760	1.973
Nível D	10,00	34.235	26.108	3.423	2.611
Nível E	30,00	7.142	6.458	2.142	1.937
Nível F	50,00	4.394	2.882	2.197	1.441
Nível G	70,00	5.665	4.823	3.965	3.376
Nível H	100,00	9.401	9.374	9.401	9.374
Total		596.794	462.002	27.058	23.251

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.564	49.854	68.166	78.211	202.795	152.291
Rural	594	20.584	107.469	49.455	178.102	141.370
Industrial	276	7.007	8.845	6.915	23.043	22.586
Comércio	1.198	28.580	39.057	33.356	102.191	84.327
Outros Serviços	1.285	22.325	30.725	36.328	90.663	61.428
Total	9.917	128.350	254.262	204.265	596.794	462.002

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	38.168	6,40	36.241	7,84
50 devedores seguintes	80.514	13,49	73.042	15,81
100 devedores seguintes	86.870	14,56	69.820	15,11
Demais	391.242	65,55	282.899	61,24
Total	596.794	100	462.002	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	23.251	16.648
Constituição de provisão	14.887	16.255
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.080)	(9.652)
Saldo final	27.058	23.251

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.440 (2018 - R\$ 6.402), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.165 (2018 - R\$ 7.849).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	139	145
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	848	495
Devedores por compra de valores e bens	13	12
Devedores por depósitos em garantia	272	278
Impostos e contribuições a compensar	17	258
Títulos e créditos a receber (ii)	32.023	21.779
Cotas de consórcio	150	215
Operações com cartões	405	512
Pendências a regularizar	53	617
Outros	286	371
Total Circulante	34.206	24.682
Devedores por compra de valores e bens	15	23
Títulos e créditos a receber (ii)	6	2
Total não circulante	21	25

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	5.779	3.048
Imóveis	5.503	2.481
Veículos e afins	276	164
Bens em regime especial	-	403
Despesas antecipadas	84	56
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(41)	(41)
Total Circulante	5.822	3.063

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 41 (2018 - R\$ 41) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	10.843	7.045
Sicredi Participações S.A.	4.659	4.496
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	15.503	11.542

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	1.562.602 ON	1.456.392 ON	1	1	10.842.857	7.044.824
	3.259.940 PN	3.040.031 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,46%	0,51%	0,62%	0,62%	3,42%	3,10%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	4.659	4.496	1	1	10.843	7.045

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	21.658	(9.154)	12.504	8.933
Imobilizações em curso	-	1.278	-	1.278	-
Instalações	10%	4.736	(2.003)	2.733	2.562
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.146	(2.548)	5.598	3.955
Sistema de comunicação	10%	247	(96)	151	103
Sistema de processamento de dados	20%	5.688	(3.737)	1.951	1.480
Sistema de segurança	10%	945	(435)	510	587
Sistema de transporte	20%	618	(335)	283	246
Intangível (i)		10.973	(6.188)	4.785	5.378
Investimentos Confederação		10.691	(5.957)	4.734	5.304
Outros ativos intangíveis		282	(231)	51	74
Total		32.631	(15.342)	17.289	14.311

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	118.514	-	-	118.514	88.487
Depósitos Interfinanceiros	-	-	8.731	8.731	-
Depósitos a prazo	10.277	30.436	411.475	452.188	371.972
Total	128.791	30.436	420.206	579.433	460.459

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	113.219	104.851
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	113.219	104.851
Total circulante	113.219	104.851
Recursos do Crédito Rural	73.115	38.739
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	73.115	38.739
Total não circulante	73.115	38.739

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/09/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	5	5.102
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	5.102
Outras instituições	5	-
Total circulante	5	5.102
Empréstimos no País - outras instituições	7.934	-
Outras instituições	7.934	-
Total não circulante	7.934	-

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	4.010	3.905
Obrigações por convênios oficiais	12	8
Provisão para pagamentos a efetuar	3.028	2.625
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	2.666	361
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.201	997
Pendências a regularizar	621	20
Operações com cartões	30.147	21.270
Demais fornecedores	790	853
Credores diversos	2.689	2.652
Total circulante	45.164	32.691

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	191	2.137	(108)	2.220
Cível	170	350	(74)	446
Total	361	2.487	(182)	2.666

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	2.220	191
Cível	Provável	446	170
Total		2.666	361

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 899; R\$ 1.128 e R\$ 71 (2018 - R\$ 571, R\$ 3.933 e R\$ 71), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	49.324	44.621
Total de associados	54.998	49.470

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.703 (2018 – R\$ 3.896), sendo R\$ 2.225 (2018 – R\$ 2.036) via integralização de resultados e R\$ 4.690 (2018 – R\$ 4.033), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.212 (2018 – R\$ 2.173).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.271, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal e Reserva de Expansão de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.834 (R\$ 273 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”. Esse valor não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinado para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2019 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, “c” e “d”), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	24.118	20.677
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(9.647)	(8.684)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	38	25
Provisão resgate de milhas cartão	(14)	(76)
Brindes e Doações	(49)	(18)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(33)	76
Receita com atos cooperativos	7.626	6.756
Juros sobre capital próprio	909	868
Prejuízo fiscal	-	103
Lucros e dividendos	12	31
Outros	23	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	429
Subtotal	8.512	8.217
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.135)	(467)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	25.982	2.245
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	313.964	281.549
Outros Créditos - Rendas a receber	982	881
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.017	747
Investimentos (Nota 09)	15.503	11.542
Intangível (Nota 10)	4.734	5.304
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	8.731	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	186.334	143.590
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	7.939	5.102
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	30.172	20.732

Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	223	135
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.421	4.447
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	16.241	15.279
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	1.834	273
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	231	-
Operações de Empréstimos e Repasses	9.063	7.766
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.948	2.329
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.955	7.832

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	155	0,13%	348
Depósitos a prazo	2.432	0,54%	2.825
Operações de crédito	1.733	0,31%	1.444

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.969	3.269

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	767	609
Despesa de aluguéis	3.460	2.915
Despesa de comunicação	1.515	1.509
Despesa de manutenção e conservação	1.758	1.451
Despesa de material	452	479
Despesa processamento dados	775	570
Despesa de promoções e relações públicas	4.383	2.526
Despesa de propaganda e publicidade	517	452
Despesa de seguro	319	254
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.617	2.272
Despesa de serviços de terceiros	1.518	1.000
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.955	1.772
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.465	1.014
Despesa de serviços de transportes	2.442	1.768
Despesa de viagem	840	546
Despesa de depreciação e amortização	2.024	1.638
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.230	1.061
Outras despesas administrativas	3.009	2.561
Total	31.046	24.397

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	543	721
Ingressos depósitos intercooperativos (i)	15.906	14.884
Reversão de provisões operacionais	2.750	2.406
Outras rendas operacionais	806	1.026
Total	20.005	19.037

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.123	2.286
Contribuições Cooperativistas	220	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.100	804
Contribuição Confederação Sicredi	7.119	5.963
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	985	870
Encargos da administração financeira	84	99
Repasse administradora de Cartões	297	317
Outras despesas de Cartões	1.630	1.159
Outras provisões operacionais	4.309	1.682
Outras despesas operacionais	807	688
Total	19.674	14.065

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	74.227	55.379
Total	74.227	55.379

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fimane e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	132.521	110.648
Nível I (NI)	132.521	110.648
Capital principal - CP	132.521	110.648
Capital social	49.324	44.621
Reservas de capital	84.253	68.016
Lucros acumulados	3.729	3.389
Ajustes Prudenciais	(4.785)	(5.378)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	684.199	570.087
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.227	1.718
Margem de Capital (i)	59.454	49.072
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,37%	19,41%
Situação de Imobilização (Imob)	12.505	8.934
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,44%	8,07%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Fabio Vedelago Burille
Diretor Executivo
CPF: 030.980.049-83

Alcimar Gerhard
Diretor de Operações
CPF: 895.006.449-91

Alcimar Gerhard
Contador
CRC: PR-045287/O-6
CPF: 895.006.449-91

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP

Mariópolis/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

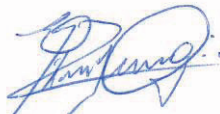
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Mariópolis / PR, 17 de fevereiro de 2020.

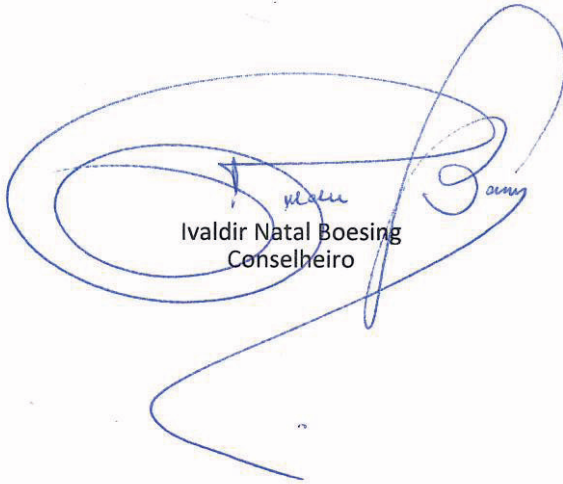
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

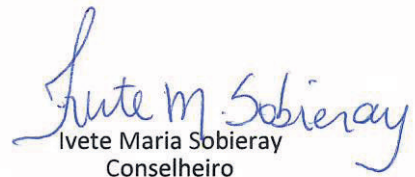
Atenciosamente,



Edson Luiz Cassaniga
Conselheiro



Ivaldir Natal Boesing
Conselheiro



Ivete Maria Sobieray
Conselheiro